

MESA DA ASSEMBLEIA

Presidente: deputado Adalclever Lopes – PMDB
1º-Vice-Presidente: deputado Lafayette de Andrada – PSD
2º-Vice-Presidente: deputado Dalmo Ribeiro Silva – PSDB
3º-Vice-Presidente: deputado Inácio Franco – PV
1º-Secretário: deputado Rogério Correia – PT
2º-Secretário: deputado Alencar da Silveira Jr. – PDT
3º-Secretário: deputado Arlen Santiago – PTB

SUMÁRIO

- 1 – ATAS**
 - 1.1 – Reuniões de Comissões
- 2 – ORDENS DO DIA**
 - 2.1 – Plenário
 - 2.2 – Comissões
- 3 – EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO**
 - 3.1 – Comissões
- 4 – TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES**
- 5 – MATÉRIA ADMINISTRATIVA**
- 6 – ERRATA**



ATAS

ATA DA 6ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE TRANSPORTE, COMUNICAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 23/5/2017

Às 11 horas, comparecem na Sala das Comissões os deputados Fábio Cherem, Celinho do Sinttrocel e Gustavo Santana, membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Fábio Cherem, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a receber, discutir e votar proposições da comissão. O presidente acusa o recebimento das seguintes proposições, das quais designou como relatores os deputados mencionados entre parênteses: Projeto de Lei nº 3.785/2016, no 1º turno (deputado Anselmo José Domingos), Projeto de Lei nº 3.729/2016, no 1º turno (deputado Fábio Cherem) e Projeto de Lei nº 3.787/2016, em turno único (deputado Gustavo Santana). Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os Requerimentos nºs 6.515, 6.535, 6.571, 6.582, 6.583, 6.586, 6.587, 6.588, 6.590, 6.595, 6.597, 6.599, 6.626, 6.646, 6.799, 6.828, 6.850 e 6.861/2017. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende o recebimento, a discussão e a votação de proposições da comissão. É adiada a votação do Requerimento nº 8.026/2017, por solicitação do deputado Gustavo Santana. São recebidos pela presidência, para posterior apreciação, os seguintes requerimentos:

nº 8.346/2017, do deputado Dalmo Ribeiro Silva, em que requer seja encaminhado ao Departamento de Edificações e Estradas de Rodagem do Estado de Minas Gerais – Deer-MG – pedido de providências para o início das obras de pavimentação dos segmentos I e II da Rodovia MG-280, entre os Municípios de Alto do Rio Doce e Dores do Turvo, com extensão de 26km, e entre os Municípios de Paula Cândido e Divinésia, com extensão de 14km;

nº 8.347/2017, do deputado Anselmo José Domingos, do deputado Gustavo Santana e do deputado Celinho do Sinttrocel, em que requerem seja realizada audiência pública para debater e preparar a visita do ministro de Transportes para discutir as obras de duplicação da Rodovia BR-381 e do Anel Rodoviário, bem como as questões que foram tratadas em visita ao Ministério dos Transportes, em 19/4/2017, quando também se tratou da situação da ponte que liga os Municípios de Timóteo e Coronel Fabriciano;

nº 8.348/2017, do deputado Dalmo Ribeiro Silva, em que requer seja encaminhado ao Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes – Dnit – pedido de providências para instalação de redutor de velocidade eletrônico ou radar no Km 126 da Rodovia BR-459, onde se localiza o Bairro Pedreira, no perímetro urbano de Santa Rita do Sapucaí, com vistas a garantir a segurança da população que ali reside e que, para ter acesso ao município, necessita atravessar essa rodovia;

nº 8.349/2017, do deputado Dalmo Ribeiro Silva, em que requer seja encaminhado ao Departamento de Edificações e Estradas de Rodagem do Estado de Minas Gerais – Deer-MG – pedido de providências com vistas à instalação de placas de sinalização para indicar o trânsito de ciclistas na Rodovia MG-383, no trecho entre o Município de Cristina e Itajubá, muito utilizado por ciclistas de toda a região, permitindo assim maior segurança aos usuários dessa rodovia;

nº 8.350/2017, do deputado Dalmo Ribeiro Silva, em que requer seja encaminhado ao Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes – Dnit – pedido de providências para instalação de redutores de velocidade eletrônicos na Rodovia BR-459, no trevo do Distrito de Santa Bárbara do Sapucaí e do Bairro do Capote, no Município de Piranguinho;

nº 8.351/2017, do deputado Celinho do Sinttrocel, em que requer seja encaminhado ao Departamento de Edificações e Estradas de Rodagem em Coronel Fabriciano pedido de providências para realização de limpeza e capina na Rodovia MG-232, nos trechos que abrangem Joanésia, Mesquita e Braúnas;

nº 8.352/2017, do deputado Celinho do Sinttrocel, em que requer seja realizada audiência pública para debater a transferência da TV Minas e da Rádio Inconfidência para as novas dependências da Empresa Mineira de Comunicação – EMC;

nº 8.353/2017, do deputado Dalmo Ribeiro Silva, em que requer seja encaminhado ao Departamento de Edificações e Estradas de Rodagem do Estado de Minas Gerais – Deer-MG – pedido de providências para a implantação de sinalização e redutores de velocidade na Rodovia MG-460, o que trará maior segurança para a população, principalmente para os que moram às margens da rodovia, tendo em vista os inúmeros acidentes ocorridos pela falta de sinalização de trânsito e pelo excesso de velocidade;

nº 8.354/2017, do deputado Celinho do Sinttrocel, em que requer seja realizada audiência pública para apresentar, esclarecer e discutir o processo de licenciamento ambiental e liberação das obras da LMG-760;

nº 8.355/2017, do deputado João Vítor Xavier, em que requer seja realizada audiência pública para debater a prestação de serviços de transporte intermunicipal dos Municípios de Caeté, Rio Acima, Nova Lima e Raposos a Belo Horizonte, realizado pela empresa Saritur;

nº 8.356/2017, do deputado Gustavo Santana, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Transportes e Obras Públicas – Setop – pedido de providências com vistas à liberação de recursos para o asfaltamento de vias urbanas no Município de Engenheiro Caldas;

nº 8.357/2017, do deputado Gustavo Santana, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Transportes e Obras Públicas – Setop – pedido de providências com vistas à liberação de recursos para o asfaltamento de vias urbanas no Município de Dom Cavati;

nº 8.358/2017, do deputado Gustavo Santana, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Transportes e Obras Públicas – Setop – pedido de providências com vistas à liberação de recursos para o asfaltamento de vias urbanas no Município de Itambacuri;

nº 8.359/2017, do deputado Gustavo Santana, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Transportes e Obras Públicas – Setop – pedido de providências com vistas à liberação de recursos para o asfaltamento de vias urbanas no Município de Catuji;

nº 8.360/2017, do deputado Gustavo Santana, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Transportes e Obras Públicas – Setop – pedido de providências com vistas à liberação de recursos para o asfaltamento de vias urbanas no Município de Águas Formosas;

nº 8.361/2017, do deputado Gustavo Santana, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Transportes e Obras Públicas – Setop – pedido de providências com vistas à liberação de recursos para o asfaltamento de vias urbanas no Município de Novo Cruzeiro;

nº 8.362/2017, do deputado Gustavo Santana, do deputado Anselmo José Domingos e do deputado Celinho do Sinttrocel, em que requerem seja realizada audiência pública para debater as condições de trabalho e segurança dos trabalhadores do transporte coletivo da Região Metropolitana de Belo Horizonte;

nº 8.363/2017, do deputado Dalmo Ribeiro Silva, em que requer seja encaminhado ao Departamento de Edificações e Estradas de Rodagem do Estado de Minas Gerais – Deer-MG – pedido de providências para recapeamento e sinalização da rodovia que liga o Município de Albertina à divisa com o Estado de São Paulo, tendo em vista o alto índice de trânsito, na rodovia, de transporte universitário, escoamento de produção e turismo para o Circuito das Malhas do Sul de Minas;

nº 8.364/2017, do deputado Fábio Cherem, em que requer seja encaminhado à presidente da Copasa-MG pedido de informações sobre o cumprimento dos termos contratuais estabelecidos em convênio de cooperação celebrado com o Município de Tiradentes, em 30/11/2010, referente à prestação dos serviços de captação, adução e tratamento de água bruta; adução, reservação e distribuição de água tratada; ligações, coleta e transporte de esgotos sanitários; e tratamento e disposição final de esgotos sanitários nesse município;

nº 8.365/2017, do deputado Fábio Cherem, em que requer seja realizada audiência pública para debater o sistema de abastecimento de água e de esgotamento sanitário no Município de Tiradentes;

nº 8.366/2017, do deputado Celinho do Sinttrocel, em que requer seja encaminhado ao Departamento de Edificações e Estradas de Rodagem do Estado de Minas Gerais – Deer-MG – pedido de providências para renovação da sinalização horizontal da Rodovia MG-320 e capina e limpeza do trecho que liga a BR-381 ao Município de Marliéria;

nº 8.367/2017, dos deputados Fabiano Tolentino, Anselmo José Domingos e Antonio Carlos Arantes, em que requerem seja realizada audiência pública conjunta com a Comissão de Desenvolvimento Econômico com a finalidade de acompanhar a execução das obras na Rodovia MG-050, conforme cronograma apresentado pela concessionária da via em audiência pública realizada em 16/5/2017;

nº 8.368/2017, dos deputados Fabiano Tolentino, Anselmo José Domingos e Antonio Carlos Arantes, em que requerem seja realizada visita ao trecho concedido da Rodovia MG-050, com a finalidade de verificar trechos e locais problemáticos ao longo dessa rodovia, e para a qual seja convidada a Comissão de Desenvolvimento Econômico;

nº 8.370/2017, do deputado Antonio Carlos Arantes, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Transportes e Obras Públicas – Setop – pedido de providências com vistas a antecipar para 2018 o início das obras para a implantação de interseção em dois níveis, com duas alças adicionais para retornos, no acesso a São Sebastião do Paraíso, bem como para a construção de viaduto sobre a rodovia e contenção nos aterros de acesso a esse viaduto, na altura do Km 401,80;

nº 8.372/2017, do deputado Duarte Bechir, em que requer seja encaminhado à Claro Telecomunicações pedido de providências para instalação de uma torre de transmissão na comunidade Carlos Eules, no Município de Passa-Vinte, ou a expansão de recepção da torre já existente no município;

nº 8.375/2017, do deputado Dalmo Ribeiro Silva, em que requer seja encaminhado ao Departamento de Edificações e Estradas de Rodagem do Estado de Minas Gerais – Deer-MG – e ao Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes – Dnit –

pedido de providências para instalação de placas de sinalização que indiquem o trânsito de ciclistas na BR-491, no trecho entre Varginha, Paraguaçu, Alfenas e Areado, permitindo maior segurança na utilização da rodovia;

nº 8.398/2017, do deputado Gustavo Valadares, em que requer seja realizada audiência pública para debater a mobilidade urbana no trajeto do Centro de Belo Horizonte ao Aeroporto Internacional Tancredo Neves – Confins;

nº 8.399/2017, do deputado Anselmo José Domingos e do deputado Fabiano Tolentino, em que requerem seja encaminhado à Copasa pedido de providências para a construção de um reservatório no Município de Bom Despacho, com vistas a garantir a captação de água para a população;

nº 8.400/2017, dos deputados Fabiano Tolentino e Anselmo José Domingos, em que requerem seja encaminhado à Copasa-MG pedido de providências com vistas à retomada das obras e à manutenção do tratamento de esgoto da estação do Distrito de Engenho do Ribeiro, no Município de Bom Despacho;

nº 8.402/2017, dos deputados Fabiano Tolentino e Anselmo José Domingos, em que requerem seja encaminhado à Copasa-MG pedido de providências para aquisição de gerador de energia para a estação de captação de água no Município de Bom Despacho;

nº 8.404/2017, dos deputados Fabiano Tolentino e Anselmo José Domingos, em que requerem seja encaminhado à Copasa-MG pedido de providências para eliminação do mau cheiro exalado pela Estação de Tratamento de Esgoto no Município de Bom Despacho, próximo ao Sesc e ao Bairro Jaraguá;

nº 8.406/2017, dos deputados Fabiano Tolentino e Anselmo José Domingos, em que requerem seja encaminhado à Copasa-MG pedido de providências para construção de uma estação de tratamento de esgoto elevatória para tratar o esgoto do Córrego Arreias, no Município de Bom Despacho;

nº 8.410/2017, dos deputados Fabiano Tolentino e Anselmo José Domingos, em que requerem seja encaminhado à presidente da Copasa-MG pedido de informações sobre a arrecadação da referida empresa no Município de Bom Despacho, referente às cobranças por abastecimento de água e por coleta e tratamento de esgoto;

nº 8.412/2017, dos deputados Fabiano Tolentino e Anselmo José Domingos, em que requerem seja encaminhado à Copasa-MG pedido de providências para se fazerem as recomposições asfálticas necessárias no Município de Bom Despacho, em virtude de algumas obras realizadas pela referida empresa;

nº 8.413/2017, dos deputados Fabiano Tolentino e Anselmo José Domingos, em que requerem seja encaminhado à Copasa-MG pedido de providências para solucionar a falta de água no Bairro São Vicente, no Município de Bom Despacho, tendo em vista as inúmeras ocorrências registradas;

nº 8.414/2017, do deputado Celinho do Sinttrocel, em que requer seja encaminhado ao Departamento de Edificações e Estradas de Rodagem do Estado de Minas Gerais – Deer-MG – pedido de providências para a recuperação da pavimentação asfáltica da Rodovia LMG-820, especificamente no trecho entre os Municípios de Dionísio e São Domingos do Prata, e a instalação de cinco contenções do tipo *guard rail* e de quebra-molas no perímetro urbano;

nº 8.415/2017, do deputado Bosco, em que requer seja realizada audiência pública para debater, em caráter de urgência, o alto índice de acidentes ocorridos no trecho compreendido entre o Município de Serra do Salitre e o Distrito de Catiara – Serra da Catiara –, na BR-146, nas proximidades do Km 87;

nº 8.416/2017, do deputado Arlen Santiago, em que requer seja realizada audiência pública no Município de Manga para debater a construção de ponte sobre o Rio São Francisco, no trecho entre o entroncamento da Rodovia MGC-135 - Manga -, Porto de Matias Cardoso, e variante na Rodovia MG-401;

nº 8.417/2017, do deputado Anselmo José Domingos e do deputado Fabiano Tolentino, em que requerem seja encaminhado à presidente da Copasa-MG pedido de informações sobre o lucro obtido pela empresa, por exercício fiscal, com o tratamento de esgoto no Município de Bom Despacho;

nº 8.418/2017, do deputado Cássio Soares, em que requer seja realizada visita para verificar as condições da balança de pesagem localizada entre os Municípios de Pratápolis e Itaú de Minas.

Em seguida, é aprovado relatório de visita ao Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil, realizada em 19/4/2017, que segue publicado após as assinaturas. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 13 de junho de 2017.

Fábio Cherem, presidente – Anselmo José Domingos – Gustavo Santana.

RELATÓRIO DE VISITA

Comissão de Transportes, Comunicação e Obras Públicas

Local visitado: Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil – Brasília, Distrito Federal.

Apresentação

Atendendo ao Requerimento de Comissão nº 7.647/2017, do deputado Gustavo Santana, a Comissão de Transportes, Comunicação e Obras Públicas efetuou visita técnica ao referido ministério, no dia 19/4/2017, às 15 horas, com o objetivo de discutir as obras em andamento e os lotes que serão licitados novamente na Rodovia BR-381, a realidade do Anel Rodoviário de Belo Horizonte e a situação da Rodovia BR-367 no trecho localizado entre os Municípios de Salto da Divisa e Almenara.

Participaram da visita os deputados Fábio Cherem, Gustavo Santana, Celinho do Sinttrocel e Anselmo José Domingos, que foram recepcionados pelo ministro dos Transportes, Portos e Aviação Civil, Maurício Quintanella Lessa.

Relato

Durante a visita, demandas relativas à duplicação da Rodovia BR-381, à realidade do Anel Rodoviário, em Belo Horizonte, e à situação da Rodovia BR-367 no trecho localizado entre os Municípios de Salto da Divisa e Almenara foram apresentadas e discutidas pelos presentes.

Em relação à Rodovia BR-381, foram debatidas as condições das obras em andamento e dos lotes que serão licitados novamente. O ministro assegurou a disponibilidade de recursos para os trabalhos na rodovia e se comprometeu a visitar, em companhia da Comissão de Transportes, Comunicação e Obras Públicas, os lotes 7 e 3.1 das obras na referida rodovia, a fim de verificar o andamento dessas obras nesses locais.

Quanto ao anel rodoviário, ficou acertado que o ministro participará de reunião da Comissão de Transporte, Comunicação e Obras Públicas, oportunidade em que explicará a situação das obras nessa via.

Também foi discutida a questão da ponte que liga os Municípios de Timóteo e Coronel Fabriciano e a importância do pleito referente à Rodovia BR-367, que, por não possuir pavimentação asfáltica, causa diversos prejuízos aos cidadãos que por ela trafegam.

Conclusão

A Comissão de Transporte, Comunicação e Obras Públicas entendeu que a visita atendeu a seus objetivos e aguarda os devidos desdobramentos.

Sala das Comissões, 23 de maio de 2017.

Fábio Cherem, relator.

ATA DA 11ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 21/6/2017

Às 10h12min, comparecem na Sala das Comissões os deputados Tiago Ulisses, Cássio Soares, Felipe Attiê, Ivair Nogueira e Tito Torres, membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Tiago Ulisses, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a receber, discutir e votar proposições da comissão. A seguir, comunica também o recebimento de correspondência publicada no *Diário do Legislativo* nas datas mencionadas entre parênteses: ofícios da Sra. Raquel de Andrade Lima Coelho, coordenadora-geral do Programa de Pesquisa em Saúde do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (8/6/2017); e do Sr. Rodrigo Rodrigues dos Santos, gerente da Glico-Deres-AF, do BNDS (9/6/2017). O presidente acusa o recebimento das seguintes proposições, das quais designou como relatores os deputados mencionados entre parênteses: Projetos de Lei nºs 2.024 e 2.509/2015, no 1º turno (deputado Carlos Henrique); e Projeto de Resolução nº 44/2017, em turno único (deputado Cássio Soares). Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Após discussão e votação, são aprovados, cada um por sua vez, os seguintes pareceres: pela aprovação, no 2.º turno, do Projeto de Lei nº 4.183/2017 (relator: deputado Cássio Soares); e pela aprovação, no 1º turno, do Projeto de Lei nº 3.310/2016 (relator: deputado Tito Torres, em virtude de redistribuição). São retirados da pauta, por determinação do presidente da comissão, o Projeto de Lei Complementar nº 64/2017 e o Projeto de Lei nº 4.361/2017 por não cumprirem pressupostos regimentais, e os Projetos de Lei Complementar nºs 63 e 65/2017 e os Projetos de Lei nºs 3.844/2016 e 4.154/2017 por haverem sido apreciados em reunião anterior. O parecer sobre o Projeto de Lei nº 699/2015, no 1º turno, deixa de ser apreciado em virtude de solicitação de prazo regimental pelo relator, deputado Felipe Attiê. São convertidos em diligência, a requerimento dos respectivos relatores, os Projetos de Lei nºs 1.994/2015 ao diretor-geral do Detran-MG; e 3.979/2017 ao secretário de Estado de Fazenda, no 1º turno. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, desconvoca a reunião extraordinária da mesma data, às 14h45min, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 26 de junho de 2017.

Tiago Ulisses, presidente – Cássio Soares – Ulysses Gomes – Geraldo Pimenta.

ATA DA 8ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE PREVENÇÃO E COMBATE AO USO DE CRACK E OUTRAS DROGAS NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 21/6/2017

Às 15h30min, comparecem na Sala das Comissões os deputados Antônio Jorge, Léo Portela e João Leite (substituindo o deputado Dilzon Melo, por indicação da liderança do BVC), membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Antônio Jorge, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a receber, discutir e votar proposições da comissão. O presidente acusa o recebimento das seguintes proposições, das quais designou como relatores os deputados mencionados entre parênteses: Projeto de Lei nº 4.024/2017, em turno único (Antônio Jorge), e Projeto de Lei nº 4.040/2017, em turno único (Dilzon Melo). Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Após discussão e votação, é aprovado o parecer pela aprovação, no 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.332/2015 na forma do Substitutivo nº 1 (relator: deputado Léo Portela). Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Após discussão e votação nominal, são aprovados, em turno único, cada um por sua vez, por unanimidade, os Projetos de Lei nºs 3.621, 3.753, 3.958 e 4.013/2016, que receberam parecer por sua aprovação.

Registra-se a saída do deputado João Leite e a presença do deputado Dilzon Melo. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende o recebimento, a discussão e a votação de proposições da comissão. São recebidos pela presidência, submetidos a votação, cada um por sua vez, e aprovados os seguintes requerimentos:

nº 8.807/2017, do deputado Léo Portela, em que requer seja realizada audiência pública no Município de Buritizeiro para debater o uso abusivo de bebidas alcoólicas e de outras drogas;

nº 8.808/2017, do deputado Antônio Jorge, em que requer seja realizada audiência pública para debater a situação dos dependentes químicos em situação de rua;

nº 8.809/2017, do deputado Antônio Jorge, em que requer seja realizado seminário entre o Brasil e Portugal para debater a descriminalização das drogas;

nº 8.810/2017, do deputado Antônio Jorge, em que requer seja realizada audiência pública para debater os impactos do consumo de drogas lícitas;

nº 8.811/2017, do deputado Antônio Jorge, em que requer seja realizada audiência pública para debater os avanços do uso medicinal da Cannabis.

Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 21 de junho de 2017.

Antônio Jorge, presidente.

**ORDENS DO DIA****ORDEM DO DIA DA 53ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA,
EM 27/6/2017****1ª Parte****1ª Fase (Expediente)**

(das 14 horas às 14h15min)

Leitura e aprovação da ata da reunião anterior. Leitura da correspondência.

2ª Fase (Grande Expediente)

(das 14h15min às 15h15min)

Apresentação de proposições e oradores inscritos.

2ª Parte (Ordem do Dia)**1ª Fase**

(das 15h15min às 16h15min)

Comunicações e atos da presidência. Apreciação de pareceres, requerimentos e indicações.

2ª Fase**(das 16h15min em diante)**

Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei Complementar nº 42/2015, do deputado Cabo Júlio, que altera a redação do art. 3º da Lei Complementar nº 76, de 13 de janeiro de 2004. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Administração Pública opina pela aprovação do projeto.

Votação, em turno único, do Projeto de Lei nº 2.953/2015, do deputado Thiago Cota, que institui a Semana de Prevenção, Conscientização e Combate à Obesidade em escolas públicas do Estado. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Saúde opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 2, que apresenta.

Votação, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 13/2015, do deputado Doutor Wilson Batista, que proíbe os médicos dos hospitais da rede pública de saúde do Estado ou que recebam recursos públicos de recusar atendimento a pacientes do Sistema Único de Saúde – SUS. A Comissão de Saúde opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno. No decorrer da discussão, foram apresentados ao projeto um substitutivo, que recebeu o nº 1, e uma emenda, que recebeu o nº 1, que serão submetidos a votação independentemente de parecer.

Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 3.664/2016, do deputado Dirceu Ribeiro, que dispõe sobre a desafetação de bem público e autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Divinésia os trechos rodoviários que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto com as Emendas nºs 1 e 2, que apresenta. As Comissões de Transporte e de Administração Pública opinam pela aprovação do projeto com as Emendas nºs 1 e 2, da Comissão de Justiça.

Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 3.985/2017, do deputado Leonídio Bouças, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Iturama o imóvel que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto com a Emenda nº 1, que apresenta. A Comissão de Administração Pública opina pela aprovação do projeto com a Emenda nº 1, da Comissão de Justiça.

Discussão, em turno único, do Projeto de Resolução nº 11/2015, do deputado Durval Ângelo, que institui a Comenda de Direitos Humanos Dona Helena Greco nas categorias Medalha Especial de Direitos Humanos José Roberto Rezende e Deputado João Batista. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto com as Emendas nºs 1 e 2, que apresenta. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do projeto com as Emendas nºs 1 e 2, da Comissão de Justiça. A Comissão de Direitos Humanos opina pela aprovação do projeto com a Emenda nº 2, da Comissão de Justiça, com a Subemenda nº 1, que apresenta, à Emenda nº 1, da Comissão de Justiça, e com a Emenda nº 3, que apresenta.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 926/2015, do deputado André Quintão, que dispõe sobre a celebração de parcerias entre o poder público e entidades e organizações de assistência social para a execução de ações no âmbito da política de assistência social e dá outras providências. A Comissão do Trabalho opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta, ao vencido em 1º turno.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 1.094/2015, do deputado Braulio Braz, que autoriza o Poder Executivo a fazer reverter ao Município de Tombos o imóvel que especifica. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 1.491/2015, do deputado Antonio Carlos Arantes, que altera a destinação do imóvel de que trata a Lei nº 14.318, de 19 de junho de 2002, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Piumhi o imóvel que especifica. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 1.669/2015, do deputado Dalmo Ribeiro Silva, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Extrema o imóvel que especifica. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 1.833/2015, do deputado Lafayette de Andrada, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de São José do Goiabal o imóvel que especifica. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 3.290/2016, do deputado Nozinho, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Santa Maria de Itabira o imóvel que especifica. A Comissão de Administração Pública opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 3.401/2016, do deputado Braulio Braz, que dispõe sobre a desafetação de bem público e autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Muriaé o trecho que especifica. A Comissão de Administração Pública opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 3.424/2016, do deputado Bosco, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de São Gotardo os imóveis que especifica. A Comissão de Administração Pública opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 3.522/2016, do deputado Roberto Andrade, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Viçosa o imóvel que especifica. A Comissão de Administração Pública opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 3.675/2016, do deputado Ivair Nogueira, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Betim o imóvel que especifica. A Comissão de Administração Pública opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.498/2015, do deputado Rogério Correia, que dispõe sobre medidas de prevenção e combate à dengue no Estado e dá outras providências. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Saúde opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 2, que apresenta. As Comissões de Administração Pública e de Fiscalização Financeira opinam pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 2, da Comissão de Saúde.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 3.300/2016, do deputado Tito Torres, que dispõe sobre a desafetação de bem público e autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Itabira o trecho que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto com a Emenda nº 1, que apresenta. As Comissões de Transporte, de Administração Pública e de Fiscalização Financeira opinam pela aprovação do projeto com a Emenda nº 1, da Comissão de Justiça.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 4.120/2017, do deputado Durval Ângelo, que dispõe sobre a desafetação de bem público e autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Visconde do Rio Branco o imóvel que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto com a Emenda nº 1, que apresenta. As Comissões de Transporte e de Administração Pública opinam pela aprovação do projeto com a Emenda nº 1, da Comissão de Justiça.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 4.121/2017, do deputado Durval Ângelo, que dispõe sobre a desafetação de bem público e autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Visconde do Rio Branco o imóvel que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto com a Emenda nº 1, que apresenta. As Comissões de Transporte e de Administração Pública opinam pela aprovação do projeto com a Emenda nº 1, da Comissão de Justiça.

3ª Fase

Pareceres de redação final.

ORDEM DO DIA DA 12ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 16 HORAS DO DIA 27/6/2017**1ª Parte (Expediente)**

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

ORDEM DO DIA DA 11ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 15 HORAS DO DIA 27/6/2017**1ª Parte (Expediente)**

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário:

Requerimentos nºs 7.416/2017, do deputado Gustavo Santana; e 7.644 a 7.648/2017, do deputado Antonio Carlos Arantes.

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

ORDEM DO DIA DA 12ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 14H30MIN DO DIA 27/6/2017**1ª Parte (Expediente)**

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário:

No 1º turno: Projeto de Lei nº 3.874/2016, dos deputados André Quintão e outros.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário:

Requerimentos nºs 7.461/2017, do deputado Douglas Melo; 7.638/2017, do deputado Bosco.

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

ORDEM DO DIA DA 5ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ESPORTE, LAZER E JUVENTUDE NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 16 HORAS DO DIA 27/6/2017**1ª Parte (Expediente)**

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário:

Em turno único: Projeto de Lei nº 1.942/2015, do deputado Elismar Prado.

Requerimento nº 7.414/2017, do deputado Elismar Prado.

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

3ª Parte

Audiência pública destinada a debater a necessidade da aprovação do Plano Estadual das Juventudes em Minas Gerais, que contempla as políticas públicas destinadas a tratar das demandas, necessidades e anseios desse público, assim como a receber a comissão organizadora do Fórum Técnico Jovens nas Gerais – Construindo o Plano Estadual das Juventudes.

Recebimento e votação de requerimentos.

ORDEM DO DIA DA 5ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE MINAS E ENERGIA NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 16 HORAS DO DIA 27/6/2017

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

ORDEM DO DIA DA 8ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE PARTICIPAÇÃO POPULAR NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 14H30MIN DO DIA 27/6/2017

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

ORDEM DO DIA DA 8ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 9H30MIN DO DIA 27/6/2017

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário:

No 2º turno: Projeto de Lei nº 1.821/2015, do deputado Neilando Pimenta.

No 1º turno: Projetos de Resolução nºs 10, 33 e 41/2015, do deputado Sargento Rodrigues; Projeto de Lei Complementar nº 27/2015, do deputado Sargento Rodrigues; Projetos de Lei nºs 491/2015, dos deputados Fred Costa e Anselmo José Domingos; 932, 947, 949, 1.051, 1.055, 1.061, 1.063, 1.067, 1.068, 1.083 e 2.077/2015, 3.276, 3.559 e 3.730/2016, do deputado Sargento Rodrigues; 3.078/2015, do deputado Lafayette de Andrada; e 3.988/2017, do deputado Agostinho Patrus Filho.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário:

Em turno único: Projetos de Lei nºs 3.931/2016, do deputado João Vítor Xavier; e 4.079/2017, do deputado Agostinho Patrus Filho.

Requerimentos n°s 6.136; 6.159; 6.166; 6.170 a 6.175, 6.179, 6.225 a 6.229; 6.260 a 6.263 e 6.313/2016; 6.316 a 6.342; 6.353 a 6.355/2017, do deputado Cabo Júlio; 7.520/2017, do deputado Sargento Rodrigues; e 7.588/2017, do deputado Noraldino Júnior.

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

ORDEM DO DIA DA 8ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE TRANSPORTE, COMUNICAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 11 HORAS DO DIA 27/6/2017

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário:

No 1º turno: Projetos de Lei n°s 3.443/2016, do deputado Fred Costa; 3.658/2016, do deputado Braulio Braz; e 3.785/2016, da deputada Ione Pinheiro.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário:

Requerimentos n°s 6.176/2016, do deputado Luiz Humberto Carneiro; 7.030/2017, do deputado Noraldino Júnior; 7.096/2017, do deputado Antonio Carlos Arantes; 7.222/2017, da Comissão de Desenvolvimento Econômico; 7.421 e 7.550/2017, da deputada Ione Pinheiro; 7.436/2017, do deputado Fábio Cherem; 7.442/2017, da deputada Geisa Teixeira; 7.531 a 7.546, 7.551 a 7.555, 7.558, e 7.560 a 7.568/2017, do deputado Anselmo José Domingos; e 7.547/2017, do deputado Roberto Andrade.

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.



EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Conjunta das Comissões de Fiscalização Financeira e Orçamentária e de Membros das Comissões Permanentes - § 1º do Art. 204 do Regimento Interno

Nos termos regimentais, convoco os deputados Cássio Soares, Carlos Henrique, Felipe Attiê, Ivair Nogueira, Tito Torres e Ulysses Gomes, membros da Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária e as deputadas Celise Laviola, Geisa Teixeira, Ione Pinheiro e Marília Campos e os deputados Agostinho Patrus Filho, Anselmo José Domingos, Antonio Carlos Arantes, Antônio Jorge, Antonio Lerin, Arnaldo Silva, Bosco, Cabo Júlio, Carlos Henrique, Carlos Pimenta, Celinho do Sinttrocel, Cristiano Silveira, Douglas Melo, Doutor Jean Freire, Doutor Wilson Batista, Duarte Bechir, Elismar Prado, Fabiano Tolentino, Fábio Cherem, Fred Costa, Glaycon Franco, Hely Tarquínio, João Magalhães, João Vítor Xavier, Léo Portela, Leonídio Bouças, Mário Henrique Caixa, Paulo Guedes, Roberto Andrade, Sargento Rodrigues e Thiago Cota, membros da Comissão de Membros das Comissões Permanentes - § 1º do Art. 204 do Regimento Interno, para a reunião a ser realizada em 27/6/2017, às 10 horas, na Sala das Comissões, com a finalidade de discutir e votar o Parecer para o Turno Único do Projeto de Lei nº 4.272/2017, do governador do Estado, e de receber, discutir e votar proposições da comissão.

Sala das Comissões, 26 de junho de 2017.

Tiago Ulisses, presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO**Reuniões Extraordinárias da Comissão de Redação**

Nos termos regimentais, convoco os deputados Tadeu Martins Leite, Cássio Soares, Gustavo Corrêa e Tiago Ulisses, membros da supracitada comissão, para as reuniões a serem realizadas em 27/6/2017, às 10h30min, 14h15 e 18h15, na Sala das Comissões, com a finalidade de receber, discutir e votar proposições da comissão e de discutir e votar pareceres de redação final.

Sala das Comissões, 26 de junho de 2017.

Gilberto Abramo, presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO**Reunião Extraordinária da Comissão de Administração Pública**

Nos termos regimentais, convoco os deputados Agostinho Patrus Filho, Arnaldo Silva, Cristiano Silveira, Dirceu Ribeiro, Gustavo Valadares e Sargento Rodrigues, membros da supracitada comissão, para a reunião a ser realizada em 27/6/2017, às 15 horas, na Sala das Comissões, com a finalidade de discutir e votar os Pareceres para o 1º Turno dos Projetos de Resolução nº 32 e 36/2016, do deputado Sargento Rodrigues, dos Projetos de Lei Complementar nºs 8, 14, 16, 17, 18, 20, 21, 23, 41/2015 e 62/2017, do deputado Sargento Rodrigues, do Projeto de Lei Complementar nº 64/2017, do procurador-geral de justiça, dos Projetos de Lei nºs 874, 880, 934, 1.002, 1.053, 1.058, 1.065, 1.069, 1.077, 2.078, 2.519/2015 e 3.582/2016, do deputado Sargento Rodrigues; e do Projeto de Lei nº 4.310/2017, do governador do Estado, e de receber, discutir e votar proposições da comissão.

Sala das Comissões, 26 de junho de 2017.

João Magalhães, presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO**Reunião Extraordinária da Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária**

Nos termos regimentais, convoco os deputados Cássio Soares, Carlos Henrique, Felipe Attiê, Ivair Nogueira, Tito Torres e Ulysses Gomes, membros da supracitada comissão, para a reunião a ser realizada em 27/6/2017, às 15h15min, na Sala das Comissões, com a finalidade de discutir e votar os Pareceres para o 1º Turno do Projeto de Lei Complementar nº 64/2017, do procurador-geral de justiça, dos Projetos de Lei nºs 2.800/2015, do deputado João Alberto, e 4.361/2017, do procurador-geral de justiça, e de receber, discutir e votar proposições da comissão.

Sala das Comissões, 26 de junho de 2017.

Tiago Ulisses, presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO**Reunião Conjunta das Comissões de Fiscalização Financeira e Orçamentária e de Membros das Comissões Permanentes – § 1º do Art. 204 do Regimento Interno**

Nos termos regimentais, convoco os deputados Cássio Soares, Carlos Henrique, Felipe Attiê, Ivair Nogueira, Tito Torres e Ulysses Gomes, membros da Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária, e as deputadas Celise Laviola, Geisa Teixeira, Ione Pinheiro e Marília Campos e os deputados Agostinho Patrus Filho, Anselmo José Domingos, Antonio Carlos Arantes, Antônio Jorge, Antonio Lerin, Arnaldo Silva, Bosco, Cabo Júlio, Carlos Henrique, Carlos Pimenta, Celinho do Sinttrocel, Cristiano Silveira, Douglas Melo, Doutor Jean Freire, Doutor Wilson Batista, Duarte Bechir, Elismar Prado, Fabiano Tolentino, Fábio Cherem, Fred Costa, Glaycon Franco, Hely Tarquínio, João Magalhães, João Vítor Xavier, Léo Portela, Leonídio Bouças, Mário Henrique Caixa,

Paulo Guedes, Roberto Andrade, Sargento Rodrigues e Thiago Cota, membros da Comissão de Membros das Comissões Permanentes - § 1º do Art. 204 do Regimento Interno, para a reunião a ser realizada em 27/6/2017, às 16h30min, na Sala das Comissões, com a finalidade de discutir e votar o Parecer para o Turno Único do Projeto de Lei nº 4.272/2017, do governador do Estado, e de receber, discutir e votar proposições da comissão.

Sala das Comissões, 26 de junho de 2017.

Tiago Ulisses, presidente.



TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES

PARECER PARA O 1º TURNO DO PROJETO DE LEI Nº 2.800/2015

Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária

Relatório

De autoria do deputado João Alberto, o projeto de lei em epígrafe visa autorizar o Poder Executivo a doar à Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Alfenas – Apae- -Alfenas – o imóvel que especifica.

Preliminarmente, a proposição foi apreciada pela Comissão de Constituição e Justiça, que concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade na forma do Substitutivo nº 1, que apresentou.

Vem agora a proposição a esta comissão para receber parecer, nos termos do art. 188, combinado com o art. 102, VII, “d” do Regimento Interno.

Fundamentação

A proposição em exame pretende autorizar o Poder Executivo a doar à Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Alfenas – Apae-Alfenas – o imóvel situado à Rua Gabriel Monteiro da Silva, no Município de Alfenas, registrado sob o nº 32.578, à fs. 100 do Livro 3-AG, no Cartório de Registro de Imóveis de Alfenas.

Conforme justificção do autor, o bem de que trata o projeto é um terreno que será destinado à construção da sede própria da Apae de Alfenas. Assim, a doação proporcionará melhores condições para o desenvolvimento dos trabalhos da entidade.

Embora não tenha encontrado empecilho à tramitação da matéria em análise, a Comissão de Constituição e Justiça observou que a proposição autorizava a doação do imóvel sem estabelecer cláusulas de destinação desse bem ou de sua reversão ao patrimônio do Estado. Assim, segundo essa comissão, o projeto em sua forma original não atendia às exigências legais que se impõem à efetivação da alienação de bem público.

Em razão disso, a comissão jurídica acolheu, na forma de substitutivo, sugestões apresentadas pela deputada Geisa Teixeira para o aprimoramento do projeto. De acordo com tal sugestão, a proposição em tela passou a ter como objetivo autorizar o Poder Executivo a doar ao Município de Alfenas o imóvel com área de 9.200m² (nove mil e duzentos metros quadrados) e respectivas benfeitorias, situado na Rua Gabriel Monteiro da Silva, nesse município, registrado sob o nº 32.578, no Livro 2 do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Alfenas. Em acréscimo, foram introduzidas cláusulas de destinação do bem ao funcionamento da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – Apae – do Município de Alfenas e de reversão ao patrimônio do Estado se, findo o prazo de três anos contados da lavratura da escritura pública de doação, não lhe tiver sido dada a finalidade prevista.

No que concerne a esta comissão, entendemos que a destinação a ser dada ao imóvel atende ao interesse público, de que deve revestir-se toda alienação de bem público, conforme preceitua o art. 17, *caput*, da Lei Federal nº 8.666, de 1993, que institui normas para licitações e contratos da administração pública.

Dessa forma, além de atender aos preceitos legais que versam sobre a transferência de domínio de bens públicos, a proposição não acarreta despesas para o erário, e, portanto, não interfere na execução da lei orçamentária estadual.

Conclusão

Diante do exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 2.800/2015, em 1º turno, na forma do Substitutivo nº 1, apresentado pela Comissão de Constituição e Justiça.

Sala das Comissões, 26 de junho de 2017.

Tiago Ulisses, presidente – Ulysses Gomes, relator – Cássio Soares – Geraldo Pimenta

PARECER PARA O 1º TURNO DO PROJETO DE LEI Nº 4.361/2017

Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária

Relatório

De autoria do procurador-geral de Justiça, a proposição em epígrafe “altera o quadro de pessoal dos serviços auxiliares do Ministério Público e dá outras providências”.

Em análise preliminar, a Comissão de Constituição e Justiça concluiu pela juridicidade, constitucionalidade e legalidade do projeto com a Emenda nº 1, que apresentou.

A Comissão de Administração Pública, em análise de mérito, opinou pela sua aprovação com a Emenda nº 1, da Comissão de Constituição e Justiça.

Vem agora a matéria a esta comissão para análise sobre sua repercussão financeira e orçamentária, nos termos do art. 102, VII, do Regimento Interno.

Fundamentação

A proposição em tela pretende extinguir do quadro de pessoal dos serviços auxiliares do Ministério Público do Estado – MPMG – um total de 825 (oitocentos e vinte e cinco) cargos de analista, sendo 259 (duzentos e cinquenta e nove) já vagos, a serem extintos com a promulgação da lei, e 566 (quinhentos e sessenta e seis) a serem extintos com as suas vacâncias. A proposição objetiva, ainda, criar 800 cargos de provimento em comissão, sendo 150 (cento e cinquenta) de assessor de procurador de Justiça e 650 (seiscentos e cinquenta) de assessor de promotor de Justiça, os quais serão providos na mesma proporção em que ocorrerem as vacâncias dos cargos de analista.

Conforme entendimento da Comissão de Constituição e Justiça, a matéria é afeta à organização dos serviços auxiliares do Ministério Público, estando cumpridos os requisitos formais para a sua tramitação. Assinalou que cargos comissionados são destinados às atribuições de direção, chefia e assessoramento, com base no art. 37, inciso V, da Constituição da República, e que sua criação deve observar a orientação do Supremo Tribunal Federal sobre a proporcionalidade entre cargos efetivos e em comissão. Para corrigir erro material constante no projeto relativo ao número de cargos que serão providos com a vacância dos cargos de analista do Ministério Público, a referida comissão apresentou a Emenda nº 1.

A Comissão de Administração Pública não constatou excesso ou abuso no aumento de cargos de provimento em comissão e considerou que a criação desses cargos será importante para o regular desempenho das missões constitucionais da instituição.

Quanto à análise desta Comissão, por se tratar de um projeto de extinção e criação de cargos, há impacto orçamentário a ser discutido, conforme se segue. Inicialmente, cabe ressaltar que a efetiva ocupação dos cargos comissionados que se pretende criar está condicionada à disponibilidade orçamentária, e seu provimento será gradativo, com as vacâncias dos cargos de analista. Não obstante,

estando já vagos 259 cargos desse tipo, pressupõe-se que seria esse o número de cargos de assessoramento a serem providos a partir da promulgação da lei.

Tal medida gera aumento de despesas e está condicionada aos limites legais. Segundo o art. 17 da Lei Complementar Federal nº 101, de 2000, Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF –, os atos que criarem ou aumentarem despesa de caráter continuado deverão ser instruídos com a estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que devam entrar em vigor e nos dois subsequentes. Desse modo, o procurador-geral encaminhou a esta Casa projeção do impacto financeiro da proposição, informando que o vencimento dos assessores de Procurador e de Promotor de Justiça corresponderá ao MP-55, cujo valor é de R\$ 6.404,13, e o provimento dos 259 cargos hoje vagos acarretaria um impacto orçamentário anual de R\$22.110.067 (vinte e dois milhões cento e dez mil e sessenta e sete reais). Esse valor corresponde a 0,04% da Receita Corrente Líquida – RCL –, o qual, somado ao percentual de despesa de pessoal sobre a RCL do MPMG, informado no relatório de gestão fiscal de 27/5/2017, chega a 1,90%, abaixo do limite da LRF, de 2,00%.

Conforme as projeções encaminhadas pelo MPMG, a tendência é que haja uma redução gradual da despesa com pessoal à medida que os cargos de assessoria, cujos vencimentos são fixos, sejam providos com a vacância dos cargos efetivos. Tal redução chegaria a 22,55% em um período de 5 anos e a 72,72% ao longo de 20 anos, constituindo uma medida efetiva para uma gestão fiscal responsável.

Conclusão

Em face do exposto, somos pela aprovação do PL nº 4.361/2017, no 1º turno, com a Emenda nº 1, da Comissão de Constituição e Justiça.

Sala das Comissões, 26 de junho de 2017.

Tiago Ulisses, presidente – Cássio Soares, relator – Ulysses Gomes – Geraldo Pimenta



MATÉRIA ADMINISTRATIVA

ATOS DA MESA DA ASSEMBLEIA

Na data de 26/6/2017, o Presidente, nos termos do art. 79, inciso VI, da Resolução nº 5.176, de 6/11/1997, e nos termos da Lei nº 21.732, de 28/7/2015, da Resolução nº 5.497, de 13/7/2015, c/c a Deliberação da Mesa nº 2.625, de 8/9/2015, assinou os seguintes atos relativos ao cargo em comissão de recrutamento amplo de assessor parlamentar, do quadro de pessoal desta Secretaria:

exonerando Adriana Guimarães Valério, padrão VL-36, 6 horas, com exercício no Gabinete da Liderança do Bloco Verdade e Coerência;

exonerando Edelson Antônio Godinho Pimenta, padrão VL-36, 6 horas, com exercício no Gabinete da Liderança do Bloco Verdade e Coerência;

exonerando Edson Almeida dos Santos, padrão VL-33, 6 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Gustavo Corrêa;

exonerando Walter Joaquim Teixeira de Moura, padrão VL-28, 4 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Gustavo Corrêa;

nomeando Adriana Guimarães Valério, padrão VL-45, 6 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Gustavo Corrêa;

nomeando Márcia Maria da Silva, padrão VL-11, 4 horas, com exercício no Gabinete da Liderança do Bloco Verdade e Coerência;

nomeando Paulo Ricardo Pimenta, padrão VL-9, 4 horas, com exercício no Gabinete da Presidência;

nomeando Vania Marçal Magalhães Perdigão, padrão VL-36, 6 horas, com exercício no Gabinete da Liderança do Bloco Verdade e Coerência.

AVISO DE LICITAÇÃO

Pregão Eletrônico nº 48/2017

Número do Processo no Portal de Compras: 1011014 079/2017

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais torna público que fará realizar em 10/7/2017, às 15h30min, pregão eletrônico do tipo menor preço, através da internet, tendo por finalidade o fornecimento, com instalação, de vidros.

O edital se encontra à disposição dos interessados nos *sites* www.compras.mg.gov.br e www.almg.gov.br, bem como na Gerência de Compras, na Rua Martim de Carvalho, 94, 5º andar, Bairro Santo Agostinho, em Belo Horizonte, onde poderá ser retirado, das 8h30min às 17h30min, mediante pagamento da importância de R\$0,10 por folha. Caso os interessados preferam, poderão solicitar cópia eletrônica gratuita do edital, desde que portem mídia própria.

Belo Horizonte, 26 de junho de 2017.

Cristiano Felix dos Santos Silva, diretor-geral.



ERRATA

PROPOSIÇÃO DE LEI Nº 23.457

Na publicação da matéria em epígrafe, na edição de 2/6/2017, na pág. 8, após o art. 4º, acrescente-se o seguinte art. 5º:

“Art. 5º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.”.